



Pessoas físicas movimentam R\$ 517,3 bi em ações na B3 em 2025

Lula veta benefícios à venda de jogadores e a regras de fidelidade

Página 3

EUA suspendem vistos de imigração para Brasil e outros 74 países

Página 4

Fies: está aberto prazo para complementar inscrições postergadas

Está aberto o prazo para a complementação das inscrições do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), para o primeiro semestre de 2026. O procedimento poderá ser realizado até sexta-feira (16) e vale para os estudantes que tiveram a conclusão da inscrição postergada nos processos seletivos do primeiro ou segundo semestre de 2025.

A complementação deve ser feita no sistema Fies Seleção, por meio do CPF e senha cadastrados na conta gov.br.

É necessário também validar a documentação exigida na instituição de ensino superior para a qual foi pré-selecionado. A entrega física ou eletrônica deve ser feita à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA), em no máximo cinco dias úteis.

Em até dez dias após o terceiro dia útil da validação, as informações deverão ser validadas também por um agente financeiro, que realizará a contratação do financiamento conforme disponibilidade.

Todos os requisitos, prazos e procedimentos para a complementação das inscrições foram publicados no dia 8 de janeiro, em edital do Ministério da Educação.

Financiamento

Criado em 2001, o Fies concede financiamento a estudantes de cursos de graduação em instituições de educação superior privadas que aderiram ao programa e possuem avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para participar, o candidato precisa ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir da edição de 2010, sem ter zerado a redação e com pontuação média igual ou superior a 450 pontos.

Candidatos com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, inscritos e ativos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) têm 50% das vagas reservadas, por meio do Fies Social. Modalidade, que permite o financiamento de até 100% dos encargos educacionais. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,38
Venda: 5,38

Turismo
Compra: 5,40
Venda: 5,58

EURO

Compra: 6,27
Venda: 6,27

Ministério de Portos e Aeroportos anuncia 40 leilões para 2026



Página 3

Esporte

Do extremo Norte ao Sul, pilotos cruzam o país para competir e fazer turismo no sertão

Pilotos e navegadores de diferentes regiões do Brasil vão percorrer milhares de quilômetros para disputar o Cerapio 2026 que, na sua 39ª edição, acontece de 25 a 30 de janeiro, com largada de Aracati (CE) e chegada em Teresina (PI). Os competidores – divididos nas categorias motos (inclusive big-trails), carros 4x4 e expedição, UTV's e quadriciclos – percorrerão mais de mil quilômetros. O roteiro completo atravessa aproximadamente 30 municípios, com pernoites em Canindé (CE), Sobral (CE), Piracuna (PI) e Piripiri (PI).

A distribuição dos inscritos ajuda a dimensionar o alcance conquistado pelo Cerapio, com participantes de todas as regiões do Brasil. Um exemplo desse grande intercâmbio é a vinda de pilotos do Sul, a exemplo do piloto Celso Zagonel (Equipe Sul Off Road), de Pinhalzinho (SC). "Vale muito a pena

encerrar o deslocamento até o Nordeste. O roteiro em si já é um diferencial, pois conhecemos lugares fantásticos que, geralmente, não conheceríamos se não fosse por meio do rally. Esse esporte nos traz a possibilidade de conhecer o Brasil de uma forma mais regionalizada", detalha Zagonel, que segue na categoria Motos Over 55.

Do outro extremo do Brasil (e sem tanta tradição fora-de-estrada), o Cerapio recebe pela terceira vez o piloto José Maria Esteves, de Macapá (AP) que disputará o título da categoria Open (Carro 4x4). "O Cerapio é um desafio. Para nós aqui do Norte, ele é referência. É um rally abrangente, com etapas bem técnicas e que atravessam cidades e regiões muito distantes, proporcionando diversas experiências nos âmbitos esportivo e turístico", aponta ele. Além da competição, o impacto fora da pista também pesa na escolha. "Quando passamos por



São mais de 1 mil km de roteiro, com os mais variados tipos de climas e terrenos

cidades do interior do Ceará e do Piauí, o rally leva ânimo às comunidades e incentiva a economia local", completa.

A busca por novas experiências também motiva quem participa pela primeira vez do Cerapio, como o caso do goiano Dimas Fischer Johnston (equipe Go Ra-

as novas foi o que me motivou", salienta Johnston.

O percurso do Cerapio 2026 cruza áreas de sertão, trechos de serra e regiões próximas ao litoral. "Construímos uma experiência ímpar, por meio de um evento que vai além do aspecto esportivo. Abrimos caminhos para o turismo, lazer e cultura, em uma viagem inesquecível para os nossos competidores. Independentemente se o participante mora perto ou longe de onde vamos passar, todos sempre vão conhecer algo novo por meio do nosso serviço", encerra o CEO da Radical Produções, Ehrlich Cordão.

O 39º Rally Cerapio tem patrocínio master de Consórcio Honda, Ministério do Turismo – Governo do Brasil, do Lado do Povo Brasileiro.

Patrocínio de GWM, Governo do Piauí – Secretaria de Comunicação, Governo do Ceará – Secretaria de Turismo e Sebrae.

Matias Dominguez tem punição revertida no STJD e é o campeão na Rotax Micro Max

O piloto, que cruzou a linha de chegada em primeiro na disputa realizada em novembro do ano passado, no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP), havia sido punido ao final da corrida em cinco segundos após um toque com outro competidor, caindo para



Foto: Fábio Oliveira

o quarto lugar geral.

Matias entrou com recurso contra a decisão e conseguiu reverter a punição, após votação em dezembro na sessão do Pleno do Supremo Tribunal de

Matias Dominguez chega ao seu terceiro título brasileiro

Justiça Desportiva do Automobilismo (STJDA).

Com o resultado, Pedro Campos ficou com o vice-campeonato e o maranhense chegou ao seu terceiro título brasileiro de kart. Os anteriores foram nas categorias Mirim (2023) e Endurance Cadete (2025).

Os campeonatos de kart organizados pela CBA (Brasileiro e Copa Brasil) contam com o patrocínio do Banco BRB e MG Pneu, o "Patrocinador Master do Automobilismo Brasileiro".

Mais informações, acesse: www.cba.org.br

Ministro estima déficit primário de 2025 em 0,1% do PIB

Página 4

Atribuição de aulas da rede estadual de SP começa na segunda-feira (19)

Página 2

INSS terá fila nacional para reduzir tempo de espera

Página 6

Prefeitura inicia pagamento de passagem via bluetooth nos ônibus municipais

A Prefeitura de São Paulo ampliou as opções de pagamento nos ônibus municipais e agora os passageiros podem fazer a validação da passagem ao aproximar o celular, com o aplicativo aberto, diretamente

no validador instalado em 2,2 mil coletivos que operam em 296 linhas. Para utilizar a nova modalidade, o passageiro deve baixar o aplicativo CittaMobi e manter o bluetooth do smartphone ativado.

Página 2

Atribuição de aulas da rede estadual de SP começa na segunda-feira (19)

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) inicia, a partir da próxima segunda-feira (19), o processo de atribuição de classes e aulas para o ano letivo de 2025. O procedimento é voltado a docentes efetivos, não efetivos e contratados e segue até o dia 30 de janeiro.

Todo o processo será realizado de forma digital, por meio da Secretaria Escolar Digital (SED), no www.sed.educacao.sp.gov.br/inicio.

A resolução de atribuição de classes e aulas foi publicada na edição desta quarta-feira (14), no Diário Oficial do Estado.

De acordo com a resolução, a atribuição deve priorizar o interesse pedagógico das 5.000 escolas estaduais e a permanência

dos docentes em uma única escola, sempre que possível. A prioridade é a atribuição para professores com licenciatura plena na disciplina.

Professores que optaram pela nova carreira podem atribuir a jornada completa, de 20 aulas, e ampliada, de 32 aulas. Docentes da carreira anterior devem seguir as jornadas reduzidas (de nove aulas), inicial (de 19), básica (24) ou integral (de 32 aulas).

Avaliação de desempenho

No fim do ano letivo de 2025, professores foram submetidos à avaliação de desempenho e os resultados da avaliação podem ser conferidos também por meio da SED, em painéis individuais.

A metodologia para a avaliação considerou critérios como presença, formação, indicadores do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e questionários de avaliação. Todas as licenças legais e afastamentos — como maternidade, paternidade, adoção, orientação técnica, acompanhamento de atividades escolares, folgas previstas em lei e convocação do Tribunal do Júri — foram levados em conta, garantindo equidade no processo.

A atribuição de aulas para os

professores indicados para a mudança de unidade escolar também devem ser realizadas entre os dias 19 e 30 de janeiro.

Educação Especial

A Secretaria da Educação ainda estabelece regras para a atribuição de aulas para professores da Educação Especial. A atribuição de aulas segue o mesmo prazo. Neste ano, professores poderão ser remanejados para atuar exclusivamente nas Salas de Recurso das escolas estaduais e no projeto de ensino colaborati-

vo vinculadas às mesmas turmas. O processo deve ampliar o atendimento aos alunos elegíveis a essas turmas, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento pedagógico individual desses estudantes.

As Salas de Recursos Multifuncionais da Educação são espaços nas escolas que oferecem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos que são público-alvo da Educação Especial (deficiência, TEA, altas habilidades), no contraturno, com recursos, materiais e pro-

fessores especializados para eliminar barreiras, promover autonomia e complementar o ensino regular, focando no desenvolvimento integral e na inclusão.

O projeto de ensino colaborativo na Educação Especial da Seduc-SP é um modelo de apoio à inclusão de alunos com deficiência. Nele, um professor especializado atua junto ao professor regente na mesma sala de aula regular, compartilhando o planejamento, ensino e avaliação de alunos com deficiência. (Governo de SP)

Procon-SP multa Enel em R\$ 14 mi por falhas no fornecimento de energia no fim de 2025

A Fundação Procon-SP aplicou uma nova multa contra a Enel por falhas no fornecimento de energia elétrica na capital e cidades da São Paulo no fim do ano passado, em dois períodos distintos, de 21 a 23 de setembro e de 8 a 14 de dezembro.

As respostas da Enel às notificações do Procon-SP compiladas às reclamações formalizadas por clientes comprovaram as falhas na prestação dos serviços, como deixar de fornecer energia por tempo superior a 48 horas, o que supera em muito os indicadores de continuidade de obtidos no site oficial nos últimos 24 meses.

O não fornecimento dos serviços de sua competência infringe diretamente o artigo 22

do Código de Defesa do Consumidor: "os órgãos públicos, por si ou por suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos."

Com a nova multa, a Enel soma 9 autuações desde 2019, quando assumiu a concessão do serviço de 24 cidades na região metropolitana de São Paulo e na capital. O valor da nova penalidade foi calculado com base no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, que estabelece diversas sanções.

Outros problemas relacionados à Enel também estão em



Com a nova multa, a Enel soma 9 autuações desde 2019.

análise no Procon-SP, como as reclamações sobre o atendimento prestado aos consumi-

dores durante os períodos sem o fornecimento de energia. (Governo de SP)

Governo fortalece agricultura familiar e registra crescimento de mais de 150% em 2025

A agricultura familiar paulista segue batendo recordes. Em 2025, o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) superou em mais de 150% os resultados do ano anterior e alcançou R\$ 53,9 milhões em compras públicas, consolidando-se como uma importante política de escoamento da produção e geração de renda para milhares de produtores rurais em todo o Estado.

O diretor executivo da Fundação Itesp, Lucas Bressanin, destaca que é um recorde muito comemorado, que demonstra a efetividade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. "Estruturamos o programa em 2023, vimos os gargalos e onde poderíamos atingir mais produtores, fortalecemos a cadeia do leite e do hortifruti, incluímos o café e agora o resultado de um planejamento bem-feito está aí para ser mostrado. O PPAIS é muito importante, pois aproxima o campo das políticas públicas e gera impacto direto na renda das famílias produtoras".

Coordenado pela Fundação Itesp, o PPAIS tem como objetivo garantir mercado para os agricultores familiares e cooperativas. Além disso, o programa também fortalece o abastecimento de



O PPAIS é muito importante, pois aproxima o campo das políticas públicas e gera impacto direto na renda das famílias produtoras

instituições públicas estaduais com alimentos de qualidade e origem paulista.

Os produtos adquiridos de agricultores familiares pelo estado, como leite, hortifruti e, mais recentemente, o café, são destinados a escolas, universidades e unidades prisionais, aproximando o campo das políticas públicas e gerando impacto direto na renda das famílias produtoras.

Para se ter uma ideia do crescimento do programa nos últimos anos, de 2020 a 2022, os valores somaram pouco mais de R\$ 30 milhões. Em 2023, chega-

ram a R\$ 17,2 milhões, e em 2024, a R\$ 20,8 milhões.

O diretor executivo da Fundação Itesp destaca ainda que o recorde se dá por conta da ampliação do número de chamadas e o fortalecimento do trabalho com as cooperativas, trabalho em parceria com a Codeagro, que é a Diretoria de Desenvolvimento dos Negócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, reafirmando o compromisso do Governo do Estado com o desenvolvimento do campo.

"O Governador Tarcísio deu todo o apoio necessário para o programa e o avanço alcançado está diretamente relacionado a duas ações estratégicas da atual gestão: o fortalecimento da cadeia produtiva do leite e a participação maior da Secretaria de Educação. O Governo do Estado ampliou a compra de leite para as unidades prisionais e para as escolas estaduais", completou.

Programa Paulista da Agricultura Familiar (PPAIS)

A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) adquiriu, em 2024, R\$ 19,7 milhões por meio do programa e, em 2025, alcançou a marca de R\$ 39,5 milhões, registrando um crescimento de 100% em relação ao ano anterior. Já a Secretaria da Educação passou de R\$ 1,1 milhão em aquisições em 2024 para R\$ 14,1 milhões em 2025, um avanço expressivo de aproximadamente 1.400% que contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento do programa.

Segundo Bressanin, a meta para 2026 é ousada. "Nosso objetivo é fortalecer o programa ainda mais e chegar a marca de R\$ 100 milhões. A prioridade agora é impulsionar e fortalecer as cadeias produtivas do leite, hortifruti e do café, e estamos trabalhando para incluir mais culturas". (Governo de SP)

Prefeitura inicia pagamento de passagem via bluetooth nos ônibus municipais



A Prefeitura de São Paulo ampliou as opções de pagamento nos ônibus municipais e agora os passageiros podem fazer a validação da passagem ao aproximar o celular, com o aplicativo

aberto, diretamente no validador instalado em 2,2 mil coletivos que operam em 296 linhas. Para utilizar a nova modalidade, o passageiro deve baixar o aplicativo Cittamobi e manter o bluetooth do smartphone ativado. Veja abaixo

o passo a passo.

Com a inovação, a gestão municipal amplia o leque de alternativas para os passageiros de forma prática e segura. Os ônibus já equipados com o equipamento que permite pagamento via bluetooth são identificados com um adesivo na parte externa da porta de embarque.

A nova modalidade de pagamento está disponível nas principais lojas de aplicativo para celu-

lar. Será possível a compra de passagens avulsas ou pacotes de viagens (diário, semanal e mensal) com pagamento via Pix. Essa forma de pagamento não dá direito à integração entre ônibus e trilhos.

Com uma frota de mais de 12 mil ônibus que atende mais de 7 milhões de passageiros diariamente, a Prefeitura de São Paulo segue trabalhando para tornar o dia a dia dos moradores da capital e dos turistas mais confortável e fácil. A nova modalidade é um projeto-piloto da Secretaria de Mobilidade Urbana e Transporte (SMT) e da SPTrans, em parceria com a empresa de tecnologia Primova.

Menor tempo de espera e embarque

A implementação da tecnologia nas linhas de ônibus propõe ainda reduzir o tempo de embarque, evitar a necessidade de manuseio de dinheiro em espécie e proporcionar maior conveniência tanto para os passageiros quanto para os operadores do trans-

porte. A novidade impacta diretamente as pessoas que já utilizam o celular para diversas atividades como pagamento por aproximação em compras do dia a dia e turistas que frequentam a capital paulista.

Como utilizar:

1. Baixe o aplicativo Cittamobi na loja de aplicativos (Apple Store/Google Play);
2. Habilite o bluetooth nas configurações do seu smartphone;
3. Acesse a aba "Primova Pay" no menu do aplicativo;
4. Em "Serviços", selecione "Comprar Passagens" e escolha uma das opções ofertadas: passagem avulsa ou pacote e viagens diárias, semanal ou mensal;
5. Realize o pagamento via Pix;
6. Ao embarcar no ônibus, abra o aplicativo e selecione a passagem adquirida em "Suas Passagens";
7. Aproxime o seu celular no equipamento de validação do ônibus e boa viagem! (Prefeitura de SP)

CESAR
NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Político profissional em SP, Rio e Brasília, Flavio Prado [chefe de gabinete da vereadora Simone Ganem - Podemos] saúda quem está passando calor no Brasil. Flavinho está "passando frio" em Paris - França

PREFEITURA (São Paulo)

Ainda que não for candidato a nada, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) já faz as contas de quem ajudará a eleger ou reeleger. Secretários, secretárias e a amada esposa Regina ... nas eleições proporcionais 2026

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Por menos candidatos que elejam [inclusive quem hoje está em outros partidos], o novo Missão [usando o velho 14 do PTB] deve subir na escala das legendas que terão migrações via janela da infidelidade

GOVERNO (São Paulo)

Uma coisa foi o que disse [depois calou-se] a ex-1ª dama Michelle em relação à família Bolsonaro. Outra coisa é o que a 1ª dama Cristiane diz em relação à família do seu marido Tarcísio Freitas (Republicanos)

CONGRESSO (Brasília)

Atual ministro [Fazenda de Lula], Haddad deve mesmo disputar [ganhar] uma das 2 cadeiras no Senado por São Paulo. Quanto a Marina (dona do Rede), voltar ao PT e disputar a 2ª cadeira tá virando piada

PRESIDÊNCIA (Brasília)

Ainda que alguns políticos 'dos centros' que 'apoiam' o então presidente Bolsonaro (PL) sigam jurando 'amor' e 'fidelidade' ao Lula (dono do PT), o presidente segue ouvindo o que pensa a sua esposa 'Janja'

PARTIDOS (Brasília)

Quem continua numa sinuca de bico é o ex-prefeito paulistano Kassab [refundador em 2011 e dono do PSD]. Nas eleições 2014 ele esboçou ser vice do governador (SP) Alckmin (PSDB) e então perdeu o bonde

JUSTIÇAS (Brasília)

10 ministros e 1 ministra no Supremo Tribunal Federal seguem conversando como deverá ser o chamado Código [de Ética] que deverá levar o nome de 'conduta'. Vão contemplar as Éticas e Justiças do Cristo ?

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA- "Tudo quanto tem fôlego louve ao Senhor. Louvai ao Senhor!" Salmo 150:6

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Matriz:

Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Ministério de Portos e Aeroportos anuncia 40 leilões para 2026

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, anunciou, em entrevista coletiva, que o governo pretende fazer 40 novos leilões na área de infraestrutura este ano. A lista inclui, segundo o ministério, 21 aeroportos, 18 portos e uma hidrovia.

A previsão é que, já em fevereiro, seja leilado o primeiro bloco, com quatro empreendimentos portuários localizados em Macapá, Natal, Porto Alegre e no Recife. A expectativa é que o bloco receba aproximadamente R\$ 230 milhões em investimentos.

Para março, está previsto o leilão do Tecon Santos 10, proje-

to que tem uma previsão de investimentos na faixa de R\$ 6,4 bilhões, para ampliar em 50% a capacidade de movimentação de cargas do Porto de Santos.

A expectativa do ministério é lançar este edital entre o final de fevereiro e o início de março, para que, já em abril, seja feito o leilão.

"Estamos trabalhando para, na próxima semana, apresentarmos um detalhamento do cronograma do Tecon Santos 10", disse o ministro, referindo-se ao novo terminal de carga que terá área de 621 mil metros quadrados. "Será o maior leilão da história do Brasil", complementou.

Outro empreendimento a ser leilado é o da Hidrovia do Paraguai, que ajudará no escoamento de produtos na América do Sul.

Segundo o ministro, essa concessão deverá ser feita no segundo semestre de 2026. "Será a primeira concessão hidroviária do Brasil. A gente espera que sejam feitos investimentos de mais de R\$ 60 milhões [nesta hidrovia]. A partir daí, vamos avançar fortemente nessa agenda de concessões hidroviárias brasileiras", disse.

Aeroportos
Silvío Costa Filho destacou

também, entre as prioridades para 2026, o leilão do aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, marcado para o dia 30 de março, e de outros 20 aeroportos regionais.

"Estamos reduzindo investimentos em aeroportos regionais para jogá-los à iniciativa privada, a exemplo dos 13 leilões que nós fizemos no ano passado, de forma a retirar, de prefeitos e governadores, a responsabilidade de cuidar do aeroporto. Até porque, acho, isso cabe à iniciativa privada", argumentou o ministro. (Agência Brasil)

Enel diz que apagão impactou mais de 4 milhões de clientes em São Paulo

A Enel, empresa responsável pela distribuição de energia elétrica em São Paulo, informou que o número de clientes impactados no apagão em dezembro, provocado pela chegada de um ciclone extratropical, foi de 4,4 milhões.

Anteriormente, a empresa havia divulgado que cerca de 2 milhões de clientes haviam sido atingidos em São Paulo e na região metropolitana.

"2 milhões de clientes impactados nos dias do ciclone extratropical, dias 10 e 11 de dezembro, corresponde ao pico de clientes registrados, em tempo real,

simultaneamente".

Em seu comunicado, a empresa afirmou que "foram 12 horas seguidas de fortes ventos e, na medida em que a empresa reconectava clientes desligados, outros eram impactados sucessivamente, com a força do vendaval. O número acumulado de clientes desligados ao longo do dia foi significativamente maior, apurado em análise posterior ao evento climático".

A Enel diz que estes dados foram auditados por ela própria e que as informações foram encaminhadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no

dia 19 de dezembro.

Crise

A crise no fornecimento de energia em São Paulo, especialmente após os eventos de dezembro, fez o governo do Estado de São Paulo e a prefeitura pedirem o rompimento do contrato com a Enel. Tarcísio de Freitas e Ricardo Nunes, junto ao ministério das Minas e Energia anunciaram ainda em dezembro que levariam à Aneel um pedido de caducidade do contrato de concessão de distribuição e energia que a Enel tem com a capital paulista.

Na segunda-feira (12), o presidente Lula determinou uma investigação das falhas da concessionária em São Paulo.

Ventania

O ciclone que atingiu São Paulo nos dias 10 e 11 de dezembro gerou ventos que chegaram a 98km/h em algumas áreas da região metropolitana. Mais de 330 árvores caíram, parte delas sobre a fiação, o que acabou interrompendo o fornecimento de energia. Milhares de pessoas ficaram sem luz durante alguns dias. (Agência Brasil)

Lula veta benefícios à venda de jogadores e a regras de fidelidade

Sancionada na terça-feira (13) em cerimônia em Brasília, a segunda lei de regulamentação da reforma tributária teve trechos vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As mudanças atingem, entre outros pontos, a tributação das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), programas de fidelidade, regras municipais para a transferência de imóveis e benefícios fiscais específicos.

Ao todo, segundo o Ministério da Fazenda, dez dispositivos do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108 foram vetados. As justificativas foram publicadas na edição desta quarta-feira (14) do Diário Oficial da União.

SAFs e venda de jogadores

Um dos principais vetos atinge as SAFs. O texto aprovado pelos parlamentares previa que os valores obtidos com a venda de jogadores ficariam fora da base de cálculo dos novos tributos criados pela reforma. Com o veto, essas receitas voltam a ser tributadas.

Lula também barrou a redução da carga tributária das SAFs de 6% para 5%. Com a decisão, a alíquota total ficará em 6%, dividida da seguinte forma:

- 4% de tributos não alterados pela reforma;
- 1% de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo federal;
- 1% de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo estadual e municipal.

Segundo a equipe econômica, a redução contrariaria a Lei de Diretrizes Orçamentárias



(LDO), que veda a criação de novos benefícios tributários sem compensação.

Programas de fidelidade

Outro veto relevante trata dos programas de fidelidade. O Congresso havia incluído dispositivos que permitiam a tributação de pontos não onerosos, como milhas concedidas por cadastro, promoções ou compensações por atraso de voo.

A pedido do Ministério da Fazenda, Lula vetou a mudança. Assim, esses pontos continuam fora da base de cálculo do IBS e da CBS.

Cashback para gás canalizado

Outro ponto barrado foi uma regra que estendia o cashback, devolução de tributos à população de menor renda, para o gás canalizado. O Congresso tinha incluído a possibilidade de ressarcimento em operações de tributação monofásica, com cobrança em apenas um elo da cadeia produtiva, o que beneficia-

ria o fornecimento de gás canalizado. A equipe econômica avaliou que a exceção criaria incompatibilidade com o modelo geral do sistema.

Regulamentado na primeira lei complementar da reforma tributária, sancionada em janeiro do ano passado, o cashback prevê 100% de devolução da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e de pelo menos 20% do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) à população de baixa renda sobre:

- Água;
- Botijão de gás;
- Contas de telefone e internet;
- Energia elétrica;
- Esgoto.

Para os demais produtos e serviços, o ressarcimento equivalerá a 20% da CBS e do IBS. No caso do IBS, os estados e municípios terão autonomia para definir se a devolução será maior que 20%.

Alimentos líquidos e ITBI
O presidente também vetou a inclusão genérica de "alimentos

líquidos naturais" na lista de produtos com redução de 60% das alíquotas. Segundo a Fazenda, a redação era ampla demais e poderia gerar distorções na concorrência entre leites e sucos. O Congresso tinha incluído esse trecho na lei para beneficiar itens como leites vegetais.

Outro veto atingiu o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), cobrado pelos municípios. O projeto previa a possibilidade de o pagamento do imposto ser antecipado para o momento da formalização do título de transferência. A medida foi barrada após pedido da Frente Nacional de Prefeitos, que apontou dificuldades de adaptação entre os municípios, já que cada prefeitura arrecada o tributo de uma maneira.

Zona Franca e simulação

Lula também retirou do texto a atribuição exclusiva da Superintendência da Zona Franca de Manaus para regulamentar procedimentos de verificação e fiscalização, ampliando o escopo da norma.

Além disso, foi vetada a definição legal de "simulação" como fraude fiscal. Segundo a Fazenda, o conceito proposto divergia de interpretações consolidadas no Judiciário, o que poderia gerar insegurança jurídica.

Com a sanção e os vetos, a segunda etapa da regulamentação da reforma tributária entra em vigor. No entanto, o Congresso ainda poderá analisar a derrubada ou manutenção dos vetos presidenciais. (Agência Brasil)



Então olhei para o Brasil e ví o campo ...- Quero saber apresenta:

"Antigamente as fontes de renda das propriedades rurais no Brasil, eram a agricultura e a pecuária. Hoje as condições e necessidades mudaram, e os moradores das cidades, muitas vezes precisando de um momento de lazer mais descontraído e desconhecido, encontra isso no turismo rural, que se tornou uma reposta inteligente para essa demanda, que é crescente. Secretaria de Turismo e Viagens, em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), criou o Rotas Rurais para favorecer o redescobrimto das tradições e atrações do interior, além de fomentar o turismo rural.

* O Rancho Catavento em Piedade (SP) usa cavalos no turismo rural?

* No turismo rural, o envolvimento com a natureza é essencial?

* O turismo rural proporciona experiências boas, educativas e transformadoras para os turistas?



Turismo Rural, uma boa realidade em todo o Brasil

Sem dúvida alguma que o desenvolvimento do turismo rural em São Paulo e em todo o país, proporciona, mais uma opção de geração de renda, além de valorizar o meio ambiente, e relaxar a mente e o corpo, e colocar as pessoas em conexão com a natureza. Além disso, os animais proporcionam bem-estar, e aliviam o estresse.

Por hoje é isto. Boa semana e até a próxima palavra brasileira.

Pessoas físicas movimentam R\$ 517,3 bilhões em ações na B3 em 2025

Investidores pessoa física movimentaram R\$ 517,3 bilhões em ações no mercado à vista da Bolsa de Valores entre janeiro e dezembro de 2025. Comparando com 2024, o valor representa um leve aumento, de 2,3%, segundo dados da plataforma Datavise+, da B3 e da Neoway.

Somando BDRs (recibos de ações listadas em outros países), ETFs (fundos de índice) e fundos imobiliários, o volume operado por pequenos investidores chega a R\$ 747,7 bilhões no período, aumento anual de 1,22%.

Em ações, os papéis preferidos de pessoas físicas foram Petrobras, Vale e Banco do Brasil.

Ações mais negociadas pelos investidores pessoa física em 2025

1. Petrobras (PETR4)
2. Vale (VALE3)
3. Banco do Brasil (BBAS3)
4. Magalu (MGLU3)
5. Embrapa (EMBR3)
6. Itaú (ITUB4)
7. Prio (PRIO3)
8. Bradesco (BBDC4)
9. Brava Energia (BRAV3)
10. Weg (WEGE3)

O ano passado foi marcado pelo melhor desempenho do Ibovespa e do real desde 2016, com a ajuda de investidores estrangeiros que buscaram diversificar seus portfólios para fora dos Estados Unidos.

O principal índice da Bolsa brasileira fechou com alta

acumulada de 33,7% em 2025, enquanto avançou 39% em 2016, num ano marcado pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff - em dólares, a variação também é a maior em nove anos.

Já o real terminou o ano valorizado em relação ao dólar. A cotação da moeda americana cedeu 11,19%, a maior queda desde 2016, quando a divisa cedeu 17,8%.

Ao longo de 2025, o Ibovespa teve 32 recordes nominais (sem considerar a inflação) de fechamento. A máxima foi em 4 de dezembro, quando o índice atingiu 164.455,61 pontos.

No entanto, a Selic no maior patamar desde 2006, a 15%, o bom momento da Bolsa não se traduziu em uma migração da renda fixa para a variável pelo pequeno investidor no mesmo ritmo visto durante a pandemia de Covid-19.

Segundo a B3, no ano passado, o número de investidores individuais em renda variável na B3 atingiu a marca de 5,4 milhões de CPFs com R\$ 601,6 bilhões sob custódia. Isso representa um crescimento anual de 2% em investidores e de 13,87% em investimentos - em 2024, eram 5,3 milhões e R\$ 528,3 bilhões em ETFs.

Já os CDBs encerraram o ano com 668,4 mil investidores pessoas físicas e R\$ 24,1 bilhões investidos. No segmento de BDRs, foram 980,9 mil CPFs, com R\$ 14,8 bilhões em custódia. (Folhpress)

Inmetro orienta uso da geladeira para reduzir consumo de energia

Um dos eletrodomésticos que mais pesam na conta mensal de energia é a geladeira. Além de funcionar 24 horas por dia, o abre e fecha da porta do equipamento pelas pessoas da casa levam ao aumento do consumo de eletricidade.

Por essa razão, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) está orientando os cidadãos que boas práticas de instalação, uso e manutenção ajudam a reduzir o consumo, além de evitar desperdícios e prolongar a vida útil do aparelho.

A primeira dica é que a geladeira não deve ficar colada à parede nem ser instalada em espaços muito estreitos. Componentes como o compressor e o con-

densador precisam de espaço para liberar o calor gerado durante o funcionamento. Quando essa ventilação é prejudicada, o motor trabalha mais para manter a temperatura interna, o que aumenta o consumo.

O Inmetro recomenda seguir as instruções do fabricante que, em geral, indicam uma distância mínima de cerca de 15 centímetros das paredes.

Outra orientação importante, é evitar abrir a porta da geladeira com frequência ou mantê-la aberta por muito tempo. Esse hábito permite a entrada de ar quente, o que exige maior esforço do sistema de refrigeração.

Para reduzir o consumo, o

Inmetro sugere que o ideal é organizar os produtos, abrir a porta apenas quando necessário e evitar guardar alimentos ainda quentes no interior do aparelho. Deve-se também verificar regularmente a borracha de vedação, porque desgastes e frestas comprometem a eficiência e elevam o gasto de energia.

De acordo com o Instituto, a limpeza do condensador, chamado serpentina, que está localizado na parte traseira da maioria dos modelos, é fundamental para o bom desempenho da geladeira, uma vez que o acúmulo de poeira e gordura dificulta a liberação de calor e pode aumentar o consumo.

Uma prática adotada por muitas pessoas, que é secar roupas

atrás da geladeira, é considerada totalmente inadequada pelo Inmetro, porque bloqueia a saída de calor, reduz a ventilação e prejudica o funcionamento do equipamento. O Instituto reforça que a adoção desses cuidados contribui para um consumo mais eficiente, reduz a conta de energia e ajuda a manter o eletrodoméstico em boas condições por mais tempo.

O Inmetro reforça ainda que ao comprar uma geladeira, o cidadão deve verificar na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) o consumo mensal e dar preferência aos modelos mais eficientes, "uma vez que a eficiência energética faz diferença na conta de energia". (Agência Brasil)

Sindicatos celebram salário-mínimo e defendem melhoria em reajustes

Internacional

EUA suspendem vistos de imigração para Brasil e outros 74 países

Os Estados Unidos (EUA) suspenderam a concessão de vistos para imigrantes de 75 países, o que incluiria o Brasil, além de Rússia, Irã, Somália, Afeganistão, Nigéria, Tailândia, entre outros. O governo de Donald Trump não cita mudanças nos vistos para turismo.

"O Departamento de Estado suspenderá o processamento de vistos de imigrantes de 75 países cujos migrantes recebem benefícios sociais do povo americano em taxas inaceitáveis. O congelamento permanecerá em vigor até que os EUA possam garantir que os novos imigrantes não irão extrair riqueza do povo americano", diz comunicado oficial.

Ainda segundo o Departamento de Estado, a medida visa impedir que prováveis imigrantes se tornem "um encargo público para os EUA ao chegarem ao país".

A decisão do Departamento de Estados dos EUA ocorre em meio à crise em torno do estado de Minnesota, onde a polícia anti-imigração ICE assassinou a estadunidense Renee Nicole Good, gerando uma onda com mais de mil protestos em todo o país.

O presidente dos EUA, Donald Trump, tem atacado imigrantes do estado, governado por democratas, acusando-os de fraudarem sistemas de benefícios sociais.

A Casa Branca ainda não divulgou a lista completa dos países, mas a TV Fox News disse que ela inclui o Brasil. Procurado, o Itamaraty não comentou a informação. A Agência Brasil procurou ainda a Embaixada dos EUA em Brasília e aguarda retorno.

A notícia da Fox News foi compartilhada pela porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, dando tom oficial à informação da mídia estadunidense. A emissora disse que a pausa na emissão de vistos é por tempo indeterminado e deve valer a partir do dia 21 de janeiro.

A Foz News diz ter tido acesso a um memorando do Departamento de Estado dos EUA que orienta funcionários de embaixadas a recusarem vistos enquanto o governo reavalia os procedimentos de triagem e verificação. O memorando ainda sugere que candidatos idosos ou com sobrepeso possam ter os pedidos para entrar nos EUA negados.

O objetivo seria o de evitar que pessoas "propensas a se tornarem um encargo público" entrem nos EUA. A lista ainda inclui países como Iraque, Egito, Haiti, Eritreia e Iêmen.

"A orientação instrui os funcionários consulares a negarem vistos a candidatos que provavelmente dependerão de benefícios públicos, levando em consideração uma ampla gama de fatores, incluindo saúde, idade, proficiência em inglês, situação financeira e até mesmo a possível necessidade de cuidados médicos de longo prazo", diz a reportagem da Fox News.

Protestos contra política anti-imigração

A nova decisão que restringe a entrada de imigrantes de 75 países ocorre após uma onda de mil protestos contra a política imigratória de Trump que resultou no assassinato de Renee Nicole Good.

A Casa Branca tem acusado comunidades de imigrantes do estado onde o ICE assassinou Renee de supostamente fraudarem programas sociais. Nesta terça-feira, Trump atacou a comunidade de imigrantes da Somália de Minnesota.

"Minnesota foi invadida por fraudadores somalis que roubaram dos contribuintes americanos e se aproveitaram da nossa generosidade. Instruí o Secretário do Tesouro, Scott Bessent, a SEGUIR O DINHEIRO e acabar com esse abuso de uma vez por todas, primeiro em Minnesota e depois em todo o país!", disse Trump nesta terça-feira.

O governador do estado, Tim Walz, diz que as ações de Trump em relação ao estado se trata de retaliação política porque o estado votou contra ele três vezes. (Agência Brasil)

Brasil regulamentará exercício profissional da acupuntura

A profissão de acupunturista está regulamentada no Brasil. Assinada pelo presidente Lula, a lei que assegura o exercício profissional desta terapia milenar da medicina chinesa foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira.

Definida como "conjunto de técnicas e terapias que consiste na estimulação de pontos específicos do corpo humano por meio do uso de agulhas apropriadas, bem como na utilização de instrumentos e procedimentos próprios", a acupuntura tem como finalidade "manter ou restabelecer o equilíbrio das funções físicas e mentais do corpo humano".

Com a entrada em vigor da Lei nº 15.345, o exercício profissional dessa técnica fica assegurado a quem tem diploma de graduação de nível superior em acupuntura, expedido por instituição de ensino devidamente reconhecida.

Também poderá exercer a profissão aquele que tiver diploma de graduação de nível superior em curso similar ou equivalente no exterior, desde que validado e

registrado nos órgãos competentes, bem como aos profissionais de saúde de nível superior, portadores de título de especialista em acupuntura reconhecido pelos respectivos conselhos federais.

Autorização

Profissionais não diplomados que exerçam as atividades de acupuntura, "comprovada e ininterruptamente", há, pelo menos, cinco anos também estão autorizados a praticar a atividade.

Após a sanção presidencial da nova lei, o Palácio do Planalto divulgou uma nota informando que as novas regras asseguram o direito de utilização de procedimentos isolados e específicos da acupuntura no exercício regular das outras profissões da área de saúde, conforme previsão legal dos respectivos conselhos profissionais.

"Nesses casos, o profissional deverá submeter-se a curso específico, em caráter de extensão, ministrado por instituição de ensino devidamente reconhecida", informou o governo. (Agência Brasil)

Criada em 1936, por iniciativa do então presidente Getúlio Vargas, a Lei do Salário Mínimo completou 90 anos na quarta-feira (14) e sua importância para o trabalhador é celebrada pelas centrais sindicais, que apontam desafios para o presente e futuro.

"O salário-mínimo é fundamental porque baliza primeiro aquelas categorias sem piso salarial. Em segundo, os aposentados e pensionistas. Ele acaba sendo um importante instrumento de distribuição de renda em nosso país", diz João Carlos Gonçalves, ex-Juruna, secretário geral da Força Sindical.

Juruna recorda que as centrais sindicais lutaram para que o reajuste do salário-mínimo passasse a ser um instrumento de distribuição de renda. "O reajuste foi conquistado no Congresso e, com isso, o salário-mínimo

acabou conseguindo um aumento real, o que foi cortado nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, ficando só o INPC".

Ele lembra que a política do aumento real foi resgatada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Agora houve a volta do balizamento real, um pouco menor, o que é ainda importante, mesmo que menor", diz.

Para Ariovaldo de Camargo, secretário de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o salário-mínimo "para os trabalhadores da ativa é um colchão, um referencial importante, mas aquém do necessário".

Camargo defende que é preciso que haja uma política de recuperação "mais acelerada" e que o reajuste real se torne uma política de Estado e não apenas de governo.

Ministro estima déficit primário de 2025 em 0,1% do PIB

Os números preliminares da equipe econômica indicam que o Governo Central encerrará 2025 com déficit primário de cerca de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos no país), informou na terça-feira (13) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O resultado está dentro da margem de tolerância da meta fiscal para o ano, que prevê déficit zero, com limite de até 0,25% do PIB. "Pelo terceiro ano consecutivo, estamos cumprindo a meta de [déficit] primário. O número é preliminar, mas devemos ter terminado o ano com 0,1% de déficit", disse Haddad em conversa com jornalistas, no Ministério da Fazenda.

Pelas regras do arcabouço fiscal, em vigor desde 2023, o resultado primário, que são as receitas e despesas, sem os juros da dívida pública, pode variar dentro da banda de tolerância em até 0,25 ponto percentual do PIB sem caracterizar descumprimento da meta.

Precatórios

Haddad explicou que o percentual de 0,1% leva em conta apenas as despesas incluídas na contabilidade fiscal regular. Quando são incorporados gastos autorizados por decisões judiciais e pelo Congresso, como precatórios e indenizações a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o déficit sobe.

"Após o golpe de 2016 [que tirou Dilma Rousseff do poder], quando passamos seis anos sem ter reposição acima da inflação, em alguns momentos até abaixo, foi uma política descontinuada, podemos dizer", avalia.

De acordo com Ariovaldo, "é preciso criar um mecanismo que seja permanente, que não seja política de governo, mas de Estado, para que possamos ter uma recuperação do salário-mínimo de forma perene".

Ronaldo Leite, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, também celebra a importância do salário-mínimo. "É uma garantia fundamental para os trabalhadores. O fato de ter um piso constitucional garante minimamente o poder de compra da classe trabalhadora".

Leite ressaltou que o governo Lula trouxe de volta a política de

valorização do salário-mínimo, que permite reajustes acima da inflação, mas reconhece que houve uma desvalorização ao longo dos anos. "O salário-mínimo perdeu boa parte de seu poder de compra comparado a quando foi instituído. O Dieese calcula que o valor ideal atualmente estaria em R\$ 7.106,83. A CTB defende a manutenção e ampliação da política de valorização do salário-mínimo para garantir à classe trabalhadora a melhoria das condições de vida".

Juruna, da Força Sindical, tem um pensamento parecido com o de Leite. Para ele, é necessário "fortalecer as campanhas salariais, puxando pesos e ajudando a aumentar o consumo interno e a aumentar o PIB e afins. Sindicatos e trabalhadores têm de buscar o crescimento do país". (Agência Brasil)

"Se considerarmos as exceções aprovadas pelo Congresso e decisões judiciais, estamos falando de algo em torno de 0,17% de déficit. Já com os precatórios, vamos fechar o ano em 0,48%", disse.

Segundo o ministro, a inclusão desses valores representa maior transparência fiscal e corrige distorções herdadas de anos anteriores, quando parte dessas despesas ficou fora do cálculo da meta.

Dívida pública e juros

Haddad também comentou projeções divulgadas nesta semana pelo Tesouro Nacional, que apontam uma piora na trajetória da dívida pública, com possibilidade de o endividamento alcançar 95,4% do

PIB em 10 anos, caso não haja novas medidas de aumento de receita.

De acordo com o ministro, o principal fator de pressão sobre a dívida não é o resultado primário, mas o nível elevado dos juros reais no país.

"Hoje, o que mais afeta a dívida pública é o juro real, mais do que o resultado primário. O primário está sendo cumprido de forma consistente, e vamos continuar nessa atuação", disse.

Os dados oficiais do resultado fiscal de 2025 ainda serão divulgados pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central no fim de janeiro. Até lá, os números apresentados pelo ministro são estimativas iniciais. (Agência Brasil)

Governo Lula contrata usina de sobrinho de Kassab por R\$ 28 bi

da Silva participa da segunda reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética, no Ministério de Minas e Energia. Entre os custos informados pela Diamante, está a necessidade de um investimento total de R\$ 2,7 bilhões no complexo.

Além disso, foram incluídas despesas anuais fixas com operação e manutenção de pelo menos R\$ 302,7 milhões. Também entraram na conta despesas da empresa com pesquisa e desenvolvimento, depreciação e impostos.

A área técnica pediu que os dados da Diamante fossem verificados por uma empresa independente, e por isso a empresa contratou a Promon Engenharia e a EY (Ernst & Young). Mas a EY disse à reportagem que não fez auditoria, mas sim prestou consultoria à usina.

A EY também fez ressalvas nos documentos do processo sobre sua participação, segundo relato da EPE, dizendo que "não foram feitas verificações independentes sobre a integridade e a precisão das informações disponibilizadas pela Diamante" e que "a EY também não conduziu nenhuma inspeção física dos ativos".

O processo passou por duas consultas públicas conduzidas pelo MME. No total, a Diamante teve a maioria de suas contribuições aceitas pela pasta: de 30 sugestões da companhia, 17 foram acolhidas total ou parcialmente.

Dados obtidos pela Folha de São Paulo com base na Lei de Acesso à Informação mostram que a Diamante teve ao menos 25 reuniões com o MME desde o começo de 2023 até a conclusão do processo. Nos encontros, a empresa podia alteração de detalhes a serem colocados em contrato.

Como resultado das decisões iniciais, o preço de energia considerado pela EPE subiu 5%, o equivalente a uma receita anual extra de R\$ 93 milhões ao empreendimento — ou quase R\$ 1,4 bilhão ao longo do contrato.

Mesmo com a legislação, em tese, obrigando a contratação, o governo tinha a possibilidade de questionar a compra da energia em uma ADI no STF (Supremo Tribunal Federal) de PSOL, Rede e PSB que questiona a Lei. O caso

ficou na relatoria do ministro Gilmar Mendes.

A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) se posicionou nos autos dizendo "concordar fortemente" com a inconstitucionalidade da lei. Já o MME se posicionou pela validade, e integrantes da pasta afirmaram que não podiam se posicionar de forma diferente no STF, porque a pasta, no governo anterior (de Bolsonaro), já tinha se posicionado a favor.

Procurado nesta quarta, o MME não se manifestou. Na época da aprovação do contrato, a pasta afirmou que o processo passou por duas consultas públicas e que todas as contribuições "foram analisadas pelos técnicos da pasta, com explicitação das motivações de seu acatamento ou indeferimento".

"Além disso, no processo administrativo de regulamentação da lei, como é praxe no formulador de política pública, o MME recebeu em reuniões representativas da

empresa Diamante Energia, outorgados do complexo — da mesma forma que recebe os demais agentes do setor", diz o MME.

Gilberto Kassab afirmou na época que "nunca atuou em assuntos relacionados ao tema ou à empresa e desconhece completamente as informações apresentadas pela reportagem, não tendo, portanto, condições de se manifestar".

A Diamante Energia afirmou nesta quarta que o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda "é a usina termelétrica não-nuclear que mais gera energia no Brasil, entregando energia firme e competitiva ao país, e contribuindo de maneira relevante para a segurança do sistema e para a redução dos custos ao consumidor final".

Os 15 anos de fornecimento terminam em 2040, mas um "jabuti" em tramitação no Congresso pode estender esse e outros contratos de usinas a carvão até 2050. (Folhapress)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EDITAL DE LICITAÇÃO nº 001/2026, do Estado de São Paulo, para a contratação de serviços de consultoria técnica para a elaboração de projeto executivo e projeto de implantação de uma obra de infraestrutura de transporte. O interessado deve apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e financeira. O prazo para apresentação de propostas é até 15 de janeiro de 2026, às 14h.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do ITAU UNIBANCO S/A, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, KLEBER APARECIDO FERREIRA, despachante técnico, RG nº 4644199-3-SSP/SP, CPF nº 371.235.778-84, e sua convivente ZIAIANI ROS CONCEIÇÃO, psicóloga, RG nº 44.016.807-7-SSP/SP, CPF nº 042.908.635-07, brasileiros, solteiros, maiores, residentes em União Estável, nos termos da Lei nº 9.278/96, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua Guatapará, nº 215, Apartamento nº 58, Vila Guarani, ficam intimados a pagar, a partir de 09 (nove) prestações em cinco, vencidas de 29/03/2025 a 29/11/2025, no valor de R\$55.779,63 (cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos), e respectivos encargos atualizados na data de hoje no valor de R\$64.569,49 (sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e nove centavos), que atualizado até 18/03/2026, perfaz o valor de R\$76.760,84 (setenta e seis mil, setecentos e sessenta reais e oitenta e quatro centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pelo ITAU UNIBANCO S/A, dando em garantia o imóvel localizado na Alameda dos Nhambyquaras, nº 1.990, 1.996-A, 1.996-FD, 2.004, 2.012 e 2.022, esquina com a Rua dos Chanés nº 453, Apartamento RSV-1 nº 1.511, localizado no 15º pavimento do Setor Residencial, Empreendimento New One Nhambyquaras, em Indianapolis — 24º Substituto, objeto de Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública devidamente registrado sob nº 183 na matrícula nº 240.188, transportada pela Av. 1 na matrícula nº 262.572. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jucima nº 50, 7º andar, Itaipura, no horário das 9h às 11h30 e das 13h30 às 16h, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciários desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá a venda da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "in vivo", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome do fiduciário, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 15 de janeiro de 2026. O Substituto.

Toffoli cita “fartos indícios” de novos crimes de dono do Banco Master

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse haver “fartos indícios” de que os suspeitos investigados no caso do Banco Master continuam a praticar crimes, incluindo o banqueiro Daniel Vercaro, dono da instituição financeira.

Toffoli fez a observação ao autorizar a nova fase da Operação Overclean, deflagrada na quarta-feira (14) pela Polícia Federal (PF). Na decisão, o ministro reclamou da demora para o cumprimento de medidas de prisão e buscas, que foram realizadas um dia depois do prazo determinado por ele.

As medidas, que incluem a prisão preventiva de Fabiano Campos Zettel e o bloqueio de R\$ 5,7 bilhões em bens, deveri-

am ter sido cumpridas até o dia 13 de janeiro pela autoridade policial, frisou Toffoli, “diante da gravidade dos fatos e necessidade de aprofundamento da investigação, com fartos indícios de práticas criminosas de todos os envolvidos”, escreveu o ministro.

Relator do caso Master, Toffoli afirmou ter lido o “espécie” a demora no cumprimento das diligências, “posto que resta claro que outros envolvidos podem estar descaracterizando as provas essenciais ao deslinde da causa”. Ele acusou a PF de “falta de empenho no cumprimento da ordem judicial”.

Zettel foi preso de madrugada, no Aeroporto de Guarulhos, quando tentava em-



Foto: Rosnei Coutinho/STF

barcar para os Emirados Árabes Unidos. As demais diligências foram cumpridas a partir das 6h.

Além da prisão de Zettel, foram alvo de mandados de busca o empresário Nelson Tanu-

re, gestor de fundos ligados ao Master, e o investidor João Carlos Mansur, ex-presidente da gestora Reag Investimentos.

Segundo as investigações, eles são suspeitos de desvios de recursos do sistema finan-

ceiro para abastecer o patrimônio pessoal. Ao todo, foram cumpridos 42 mandados de busca e apreensão. Diversos carros e outros itens de luxo foram apreendidos, bem como mais de R\$ 90 mil em espécie.

Defesa

Em nota, a defesa do dono do Master informou que ele tem colaborado com as autoridades: “Todas as medidas judiciais determinadas no âmbito da investigação serão atendidas com total transparência.”

“O Sr. Vercaro permanece à disposição para prestar esclarecimentos sempre que solicitado, reforçando seu interesse no esclarecimento completo dos fatos e no encerramento célere do inquérito”, diz o texto.

A Agência Brasil busca contato e deixa o espaço aberto para as defesas de todos os citados.

Entenda

Em novembro, o ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e Daniel Vercaro foram alvos da Operação Compliance Zero, que investiga a concessão de créditos falsos. As fraudes podem chegar a R\$ 17 bilhões em títulos forjados, segundo as investigações.

Em março de 2025, o BRB anunciou a intenção de comprar o Master por R\$ 2 bilhões, mas o Banco Central (BC) rejeitou a negociação. Em novembro, foi decretada a liquidação da instituição de Vercaro. (Agência Brasil)

Ministério da Saúde decide não incorporar vacina herpes-zóster ao SUS



Foto: Paulo Pina/Agência Brasil

O Ministério da Saúde decidiu não incorporar a vacina para a prevenção de herpes-zóster ao Sistema Único de Saúde (SUS). A decisão está em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com relatório divulgado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), disponível online, a vacina foi considerada cara diante do impacto que poderia ter em relação ao combate a doença.

A vacina recombinante ajudada para prevenção do herpes-zóster é voltada para idosos com idade maior ou igual a 80 anos e indivíduos imunocomprometidos com idade maior ou igual a 18 anos.

“O Comitê de Medicamentos reconheceu a importância da vacina para a prevenção do herpes-zóster, mas destacou que considerações adicionais sobre a oferta de preço precisam ser negociadas, de modo a alcançar um valor com impacto orçamentário sustentável para o SUS”, afirma o relatório.

O relatório apresenta também um cálculo dos custos em relação a população que seria beneficiada pelo imunizante. “Ao vacinar 1,5 milhão de pacientes por ano, o custo seria de R\$ 1,2 bilhão por ano e, no quinto ano, a vacinação dos 471 mil pacientes restantes com um custo de R\$ 380 milhões. Ao final de cinco anos, o investimento total seria de R\$ 5,2 bilhões. Dessa forma, a vacina foi considerada não custoeffetiva”, diz o texto publicado.

Segundo a portaria publicada nesta semana, a matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela Conitec, caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Herpes-zóster

Herpes-zóster é uma condição de saúde causada pelo vírus varicela-zóster, o mesmo que causa a catapora. Quando a pessoa tem catapora, o vírus permanece no organismo e pode ser reativado ao longo da vida, ocasionando o herpes-zóster. Essa rea-

tivação é mais comum em pessoas idosas ou com a imunidade baixa.

Os primeiros sintomas são queimação, coceira, sensibilidade na pele, febre baixa e cansaço. Depois de um ou dois dias, surgem manchas vermelhas que evoluem para pequenas bolhas cheias de líquido. Essas bolhas podem secar e formar crostas. As lesões aparecem em apenas um lado do corpo e seguem o caminho de um nervo, o que dá ao herpes-zóster seu aspecto característico. As áreas mais afetadas costumam ser o tronco, a face, a lombar e o pescoço. Esse processo dura cerca de duas a três semanas.

Segundo informações do relatório divulgado pela Conitec, o herpes-zóster geralmente melhora sozinho, mas em alguns casos pode causar complicações graves, como alterações na pele, no sistema nervoso, nos olhos e nos ouvidos.

Tratamento no SUS

Nos casos leves e sem risco de agravamento, o SUS oferece tratamento sintomático com remédios para aliviar a dor, febre e coceira, além de orientações de higiene e cuidados com a pele. Quando o risco é maior, como em pessoas idosas, imunocomprometidas ou com doença grave, recomenda-se o uso do antiviral aciclovir.

De acordo com dados dos Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e hospitalares (SIH/SUS), entre 2008 a 2024, foram registrados 85.888 atendimentos ambulatoriais e 30.801 internações de pacientes com herpes-zóster no Brasil.

Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do SUS, entre os anos de 2007 e 2023, 1.567 pessoas morreram por herpes-zóster no país, o que representou uma taxa de mortalidade pela doença de 0,05 óbitos por 100 mil habitantes no período. Do total de óbitos registrados, 90% foram de pessoas com idade maior ou igual a 50 anos, sendo 53,4% em idosos mais de 80 anos de idade. (Agência Brasil)

INSS terá fila nacional para reduzir tempo de espera

O Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passou por mudanças, com o objetivo de reduzir o tempo de tramitação de processos.

Entre as principais mudanças está a nacionalização da fila, com a otimização dos servidores para dar andamento às demandas. As novas regras foram publicadas no Diário Oficial da União.

“A ideia é que a força de trabalho das regiões com melhores indicadores possa atuar nos processos daqueles que estão esperando mais tempo. Além disso, nós focamos naqueles beneficiários que possuem maior número de pessoas aguardando”, declarou o presidente do INSS, Gilberto Waller.

De acordo com o Relatório da Fila, divulgado pela instituição em outubro de 2025, o tempo médio para a concessão de be-

nefícios foi reduzido para 35 dias, após alcançar um pico de espera com média de 64 dias, em março do ano passado.

De acordo com Waller, o esforço será concentrado nos benefícios com maior número de pessoas aguardando.

“Essa é a prioridade para a gente atacar essa fila de verdade: tais como os casos do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e os benefícios por incapacidade. Isso representa quase 80% da nossa fila e esses são aqueles que vamos atacar prioritariamente.”

Programa

Criado por meio da Lei 15.201/2025, o PGB tem como objetivo acelerar a revisão de benefícios do INSS e reduzir a fila de espera nos processos, por meio de bonificação de peritos e servidores do INSS, por atividades além da



Foto: Valter Campanato/ABR

capacidade habitual.

É o chamado Pagamento Extraordinário do Programa de Gerenciamento de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (PEPGB), que também sofreu mudanças.

Foram estabelecidos limites diários e regras sobre a participação dos servidores no progra-

ma, além de critérios de controle de qualidade.

Em novembro de 2025, após um aumento de 23% no volume de novos processos ao longo do ano, o INSS também instituiu um comitê estratégico para monitorar, avaliar e propor soluções para reduzir a fila de requerimentos de benefícios. (Agência Brasil)

Estudo aponta mais 365 mil pessoas em situação de rua no Brasil

O número de pessoas que vivem em situação de rua continua crescendo no país. Em dezembro de 2024 havia 327.925 pessoas vivendo nas ruas do Brasil. No final do ano passado esse número chegava a 365.822 pessoas. Os dados são de levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, da Universidade Federal de Minas Gerais (OBPopRua/Polos-UFGM), divulgado na quarta-feira (13).

O levantamento foi feito com base nos dados do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), que reúne os beneficiários de políticas sociais, como o Bolsa Família, e serve como indicativo das populações em vulnerabilidade para quantificar os repasses do governo federal aos municípios.

De 2020 a 2021, quando teve início a pandemia da covid-19, o número de pessoas em situação de rua havia caído, passando de 194.824 para 158.191 pessoas. Mas em 2022, voltou a subir e vem crescendo de forma contínua desde então.

A maioria dessa população que vive nas ruas se encontra na Região Sudeste do país, somando 222.311 de pessoas, o que representa 61% do total no país. Em seguida aparece a Região Nordeste, com uma população de 54.801 pessoas em situação de rua.

Só no estado de São Paulo estão concentradas 150.958 pessoas em situação de rua, seguida pelos estados do Rio de Janeiro (33.656) e Minas Gerais (33.139). O Amapá é o estado com o menor número de pessoas nessa condição, somando 292.

Para os pesquisadores do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, quatro situações podem explicar



Foto: Tânia Régio/ABR/arquivo

esse aumento:

- o fortalecimento do Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) como principal registro da população em situação de rua e de acesso às políticas públicas sociais do país;

- a ausência ou insuficiência de políticas públicas estruturantes voltadas para essa população, tais como moradia, trabalho e educação;

- a precarização das condições de vida principalmente após a pandemia; e as emergências climáticas e deslocamentos forçados na América Latina.

Em entrevista à Agência Brasil, Robson César Correia de Mendonça, do Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo, disse que apesar das políticas públicas que fizeram a insegurança alimentar grave diminuir no país LINK 3, ainda há muita gente passando fome no país.

“Acho que está crescendo o número de pessoas em situação de rua em todo o Brasil e em São Paulo por uma série de fatores. Mesmo com a questão da queda acentuada das pessoas em alta vulnerabilidade social, ou seja, de combate à fome, ainda existe muita fome no país. Existem pessoas que não conseguem se alimentar porque tem que pagar o aluguel ou porque tem que comprar remédio”, avalia.

Ele mesmo disse que tem defi-

culdades para pagar por todos os remédios que precisa tomar por seus problemas de saúde. “Se eu tivesse que comprar o que eu tenho que eu tenho, eu precisaria receber dez salários desses para poder comprá-los. Só a máscara que eu preciso usar custa R\$ 6 mil. Tem outros remédios que custam entre R\$ 700 ou R\$ 800. Como é que uma pessoa vai conseguir pagar aluguel, água, luz, alimentação e medicamentos com um ou dois salários-mínimos? Ela não tem condições”, ressaltou.

Na opinião de Mendonça, outro fator que tem contribuído para esse aumento é o avanço tecnológico, que tem trazido ainda mais dificuldades para quem busca um emprego. “As pessoas não passam por uma reciclagem para se aperfeiçoarem na questão do trabalho”.

Para ele, a solução para esse problema passa pela capacitação, pelo enfrentamento ao preconceito contra essas pessoas e também por políticas voltadas à moradia e ao emprego.

“É preciso tratar de uma maneira para que não se veja a população de rua como um ser de outro planeta, mas como um cidadão desempregado, que precisa de uma chance para reintegrar ao mercado de trabalho. Quando o Brasil tomar conhecimento e quando o governo se

conscientizar de que ele não tem que tratar a população em situação de rua criando guetos, mas tratar como cidadão desempregado, criando capacitação e, principalmente, sensibilizando os empresários para que deem empregos para essas pessoas, aí sim isso começa a mudar”, defendeu.

“O problema não está na população de rua, mas no governo que não encara a temática da população em situação de rua como tem que ser encarada, com seriedade, com dignidade e respeito”, acrescentou.

Programas

A Secretaria de Desenvolvimento Social do estado de São Paulo informou que “tem trabalhado de forma integrada com os municípios para a redução da população de rua em todo o estado”.

Segundo a secretaria, a pasta já repassou R\$ 633 milhões para as prefeituras paulistas desde o início desta gestão, sendo que R\$ 145,6 milhões desse valor seriam exclusivos para ações voltadas à população em situação de rua.

Além disso, informa a pasta, foram ampliados os serviços que são ofertados para essa população, tais como a criação de 24 novas unidades do Bom Prato, programa que oferece alimentação de qualidade a um custo acessível. Outro programa que foi ampliado foi o Serviço de Acolhimento Terapêutico Residencial e que permite, segundo a secretaria, “a conquista da autonomia, com renda e moradia às pessoas em situação de rua afetadas pelo uso de substâncias psicoativas”.

Procurado, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ainda não se pronunciou sobre o levantamento. A Agência Brasil está aberta à manifestações. (Agência Brasil)